

## EDITORIAL

### ANÁLISES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

A temática regional vem ganhando espaço cada vez maior nos estudos e debates acadêmicos, bem como na formulação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento de uma determinada região, estado ou país. Fazendo a interlocução entre o específico e o todo, esses estudos são fundamentais para ampliar a compreensão da realidade de uma determinada unidade da federação, como é o caso em tela relativo ao estado de Santa Catarina.

Nesse estado da federação, observa-se que, à medida que o processo colonizador foi avançando, especialmente nos séculos XIX e XX, configurou-se um sistema econômico que não seguiu integralmente a lógica da ocupação produtiva nacional. De um modo geral, pode-se dizer que até o início do século XIX configurou-se um sistema de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto). Este cenário só se modificou a partir de meados do século XIX, quando Santa Catarina começou a ter mais espaço na esfera nacional. Para isso, foi decisiva a política de incentivo à imigração e a lei de terras que regulamentava a aquisição das propriedades pelos imigrantes.

Da segunda metade do século XIX em diante houve um enorme processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí, para a região Norte e para o Sul do estado. A partir desse período verificou-se o início da transformação da base econômica com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentar, têxtil, erva-mate e de madeiras, o que possibilitou o salto para a industrialização no período seguinte. Em função disso, o sistema econômico deixa de ter sua base exclusivamente voltada para a subsistência local, passando a participar da dinâmica do país, através do fornecimento de excedentes, em sua maioria de origem agropecuária.

Em função disso, conformou-se um sistema econômico que, embora tenha se integrado parcialmente ao nível regional, desenvolveu uma dinâmica de interligação prioritária das cidades pólos regionais com as outras unidades da federação. Como exemplo, pode-se citar a articulação de Joinville à região metropolitana de Curitiba; a articulação de Lages aos Campos Gerais do Paraná e ao estado de São Paulo; a articulação das cidades de Blumenau e Brusque ao eixo Rio-São Paulo; etc. Isso fez com que uma integração mais

efetiva entre as várias regiões do estado, tanto em termos comerciais, produtivos e até mesmo rodoviários, viesse a ter maior concretude somente após a segunda metade do século XX.

Hoje o estado catarinense é tido como um exemplo de um processo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado, comparativamente ao conjunto do país. Em grande medida, isso decorre da maior articulação econômica e social entre as seis mesorregiões que dinamizam essa unidade da federação. Partes dessas experiências regionais serão analisadas neste número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Padrões de crescimento e integração da economia regional brasileira no século XX e início do século XXI” e de autoria de Fernando César de Macedo, Beatriz Tamasso Miotto e Pietro Caldeirini Aruto, discute os determinantes históricos dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país, atendo-se a dois períodos específicos: o processo de industrialização entre 1930 e 1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Os autores afirmam que, embora as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. Isto porque, no primeiro período as desigualdades regionais aumentaram diante de um processo de integração nacional com crescimento econômico, enquanto que no segundo período o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

A principal conclusão é que a experiência histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX evidenciou que o crescimento da economia atrelado à integração do mercado interno, ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e ao aumento dos elos de complementariedade regional, gerou taxas de crescimento maiores não apenas no centro dinâmico como também na periferia nacional. Mas isso não quer dizer, segundo os autores, que o crescimento seja condição exclusiva para a superação das desigualdades regionais subjacentes às condições históricas do subdesenvolvimento.

O segundo artigo, intitulado “Características socioeconômicas da região do Extremo Sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano” e de autoria de Dimas de Oliveira Estevam, Tiago Pereira Jorge e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, discute as características socioeconômicas dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense (AMESC), ressaltando aspectos rurais e urbanos com o objetivo de

identificar possíveis predominâncias de cada um desses espaços. Para fazer as análises comparativas setoriais e espaciais, os autores utilizaram um conjunto de informações sociais e econômicas.

A principal conclusão do estudo foi que, tanto no aspecto social quanto no econômico, predominam na região da AMESC as características rurais. Além disso, constatou-se grande dependência econômica dessa região em relação às culturas do fumo, frango e arroz, produtos que apresentam grande instabilidade, ao intercalar momentos de crescimento com períodos de quedas. Por isso, sugere-se que ao se pensar estratégias de desenvolvimento para a região se leve em consideração essas características.

O terceiro artigo, intitulado “O nordeste catarinense: uma abordagem a partir da ideia de região de aprendizagem” e de autoria de Fabiano Rodolfo, discute a dinâmica econômica da região nordeste de Santa Catarina a partir de elementos da noção de região de aprendizagem (*learning region*). Para o autor, trata-se de uma das regiões economicamente mais dinâmicas do estado de Santa Catarina, abrigando em seus limites territoriais importantes pólos industriais catarinenses; associações empresariais; instituições de ensino; etc. aspectos que formam um tecido institucional relevante e que alimentam processos de aprendizagem que a diferencia em relação às demais regiões do estado.

Em função disso, a principal conclusão do autor, à luz da experiência da região nordeste de Santa Catarina, é que o espaço geográfico se constitui em uma das variáveis mais relevantes nas análises econômicas. Isto porque, a presença nessa região de um ambiente particular que nutre processos de aprendizagem permite às empresas ali instaladas vantagens em termos de desempenho econômico. Como consequência, a região tornou-se atrativa para novos investimentos.

O quarto artigo, intitulado “Uma dinâmica assentada na diversificação industrial: a experiência do município de Rio do Sul” e de autoria de Felipe Anderson França, analisa a estrutura industrial do município de Rio do Sul, enquanto eixo dinâmico da economia local. Para tanto, foram considerados indicadores de emprego industrial e de arrecadação de ICMS na indústria, segmentados pela Divisão CNAE 2.0. Para o autor, o município de Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência, sugerindo que a diversificação industrial é um elemento essencial para se compreender dinâmicas econômicas regionais e territoriais.

A principal conclusão do estudo é que, em função de sua diversificação produtiva, o município de Rio do Sul consegue se manter economicamente dinâmico, mesmo diante das vicissitudes da economia capitalista globalizada. Assim, mesmo enfrentando os efeitos das

crises econômicas do conjunto do país e não fazendo parte da rota de investimentos mais expressivos de Santa Catarina, esse município manteve-se economicamente dinâmico, sendo que a razão principal desse dinamismo encontra-se na própria diversificação industrial encetada nas últimas décadas.

O quinto artigo, intitulado “Um comparativo populacional e de esforço produtivo para mensurar a dinâmica de desenvolvimento entre os municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) durante 2000 e 2009” e de autoria de Paulo Roberto Santana Borges e Fabiana Macedo Biondaro, analisa comparativamente o nível de desenvolvimento populacional e produtivo dos municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) utilizando indicadores produtivos, populacionais e do mercado de trabalho.

A principal conclusão dos autores é que esses dois municípios, ao fazerem parte do grupo das quatro maiores cidades do Sul do país, apresentam alto grau de urbanização. Com isso, a participação das atividades relativas ao setor primário é extremamente baixa em ambos os casos. Nos demais setores econômicos, os indicadores usados confirmam uma ligeira supremacia do município de Joinville em relação à Londrina devido às suas vantagens econômicas, particularmente no setor industrial, que é uma das características mais marcantes do município catarinense. Além disso, por apresentar um setor terciário mais diversificado, o município de Joinville detém níveis de desenvolvimento socioeconômico superior aos verificados em Londrina.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar dando sua contribuição em relação à realidade catarinense, particularmente no tema relativo ao desenvolvimento regional.